

ARTIGOS

AS CRISES DO SÉCULO XIV (1).

As origens duma economia contraída.

Habitualmente se concorda em que, durante a maior parte do século XIV e pelo menos na primeira metade do século XV, a Europa Ocidental atravessou uma "crise" econômica de excepcional gravidade. Em contrapartida, não há nenhuma opinião quanto às causas e às modalidades dessa contração (2).

Na França, acusam-se, antes de mais nada, as devastações da guerra, a que se atribui o afrouxamento da produção e das trocas; ora, exceção feita de algumas regiões — o Bordelais, onde, como mostrou Boutruche, a guerra assolou de maneira quase endêmica desde 1294, a Bretanha, teatro de prolongadas hostilidades a partir de 1341 — pouco sofreu o reino desde o início da Guerra dos Cem Anos, sendo que o campo só começou a sofrer as depredações profundas dos guerreiros após 1356, num momento em que a economia conhecia há muito tempo graves dificuldades. De seu lado, os historiadores ingleses atribuíam excepcional importância à Peste Negra de 1348-1349, que a seus olhos constituía o ponto de partida da evolução econômica dos últimos séculos da Idade Média; sabe-se hoje, todavia, que a maioria das dificuldades que há pouco se atribuíam a essa punção demográfica lhe são muito anteriores. Mais recentemente, Calmette e Déprez atribuem todo o mal às mudanças monetárias, que teriam desencadeado um mecanismo bastante simplista de desordenada alta de preços, de contração das trocas, de perturbação material seguida de crise moral. E' por isso que fazem começar a "crise" na França com as primeiras manipulações de Filipe-o-Belo (1296) e não a revelam na Inglaterra senão em 1351, pois ignoram as desvalorizações anteriores de 1304 e de 1344-1346. Pensamos que tomaram

(1). — Artigo publicado na revista *Annales* (4.º ano, abril-junho de 1949, n.º 2, pp. 167-182). Tradução gentilmente autorizada pelo editor da revista e pelo autor. Texto francês traduzido pelo Lic. Moysés Rovner.

A *Revista de História* resolveu traduzir o presente artigo por se tratar de um trabalho de alto nível. Apesar de ter sido publicado originalmente em 1949, apresenta uma grande utilidade para os nossos jovens professores, não somente pelos dados que nele se contém, mas também pelo método de pesquisa que revela (*E. Simões de Paula*).

(2). — Diante da extrema complexidade dos fatos econômicos nos últimos séculos da Idade Média, tivemos que restringir o campo de nossas pesquisas à França, à Inglaterra e aos Países-Baixos. De boa mente admitimos que os países mediterrâneos ou o mundo controlado pelos hanseáticos tiveram que, senão escapar à evolução aqui resumida, pelo menos segui-la de muito longe. Não é preciso dizer que nosso esboço não tem outra pretensão senão unir entre si, por algumas hipóteses de trabalho, uma porção de fatos ainda demasiadamente fragmentários. As indicações bibliográficas são aqui voluntariamente reduzidas ao mínimo.

o efeito pela causa e que, de resto, nem tôdas as manipulações monetárias têm a mesma significação econômica. Enfim, Pirenne e seu discípulo Henri Laurent, cujo horizonte estava limitado aos Países-Baixos, assinalam o início das dificuldades na passagem do XIII para o XIV século, com a dupla decadência da manufatura de tecidos flamenga e das feiras de Champagne.

Divergências. Não se originam do fato de que a palavra “crise” tem sido empregada para designar, indiferentemente, dois fenômenos que, entretanto, são distintos? Ora se trata de bruscas depressões, limitadas no tempo, e que são as únicas que merecem o nome de “crises” — ora de um movimento de declínio durável e prolongado da economia. Cremos que o século XIV conheceu os dois fenômenos. Uma série de crises próximas uma das outras — crise frumentária de 1315-1320, crise financeira e monetária de 1335-1345, crise demográfica de 1348-1350 — exerceu ação paralisadora sobre a economia e manteve-a, por um século, em estado de duradoura contração.

I

A conjuntura favorável que se prolongou pelas primeiras décadas do século XIV merece, antes de tudo, ser caracterizada com precisão. Por muito tempo fôra sustentada por um contínuo acréscimo da população, o qual permitira, ao mesmo tempo, os grandes desbravamentos — quase concluídos na França, mas que ainda prosseguiram no início do século XIV na Inglaterra setentrional, a colonização dos países novos, as aventuras coloniais das Cruzadas, o nascimento e o crescimento das cidades. Esse impulso demográfico estimulava uma produção incessantemente aumentada para alimentar e vestir essa massa humana cada vez mais numerosa; inversamente, fornecia à produção mão de obra abundante e relativamente pouco custosa — pois não havia falta de braços.

Mesmo se, ficando-se nos limites de prudente verossimilhança, não atribuímos à França de 1300 mais de dez ou onze milhões de almas, e à Inglaterra pouco mais de 3.500.000 (3), fazemos ressaltar enorme densidade, considerando-se que a técnica agrária e artesanal era ainda primitiva. Amplamente ultrapassado o ponto *optimum*, havia em muitas regiões saturação de população. E' impossível acompanhar os desbravamentos, que não mais se faziam a não ser em solos pobres, em terras marginais de pouco rendimento; e aliás o desflorestamento atingira os limites além

(3). — As célebres conjecturas de Ferdinand Lot baseadas no número de famílias existentes em 1328 chegam a 15 ou 16 milhões de almas na França, donde a densidade rural de 35 a 38 habitantes por quilômetro quadrado, tão alta que a sobrevivência dessa massa humana não teria podido ser assegurada. — Quanto à Inglaterra, partimos do total, muito modesto, proposto por J. C. Russel, *British Mediaeval Population* (Albuquerque, 1948): 2.200.000 almas em 1377, levando-se em conta o fato de que, entre 1348 e 1377, 35 a 40% da população desapareceram em consequência de epidemias.

dos quais a pastagem do gado, o fornecimento da madeira de aquecimento e de construção corriam o risco de periclitarem. O melhoramento da técnica agrária, por falta de instrumentos aratórios e de adubos, permanecia limitado. Aqui e ali (centro da Inglaterra), passava-se do arroteamento bienal à rotação trienal; alhures (Inglaterra, Flandres), aumentava-se a proporção da cultura das leguminosas, que esgotavam menos o solo: não eram senão paliativos. A divisão em pedaços das dependências dos feudos acentuava-se perigosamente: em Weedon Beck (Northants), passara-se, entre 1248 e 1300, sem novos desbravamentos, de 81 a 110 rendeiros; a proporção dos pequenos rendeiros, com lotes insuficientes para a subsistência de uma família, subira de 39 a 73% da comunidade total (4). Enfim, como a engrenagem comercial não permitia a importação em massa de cereais dos países novos para as regiões superpovoadas, — principalmente o trigo do Báltico, com o qual comerciavam os hanseáticos, — essa população fica à mercê de permanente sub-alimentação e de fomes prolongadas. Assim, a conjuntura favorável traz consigo mesma os germes de uma crise, limitando ao extremo a margem de subsistência das massas rurais e artesanais.

Enquanto isso, gozava-se, havia muito tempo, de notável estabilidade monetária. As agitações de Filipe-o-Belo e de seus filhos perturbaram-na apenas temporariamente, porquanto com frequência se voltava, em seguida, à “boa” moeda do tempo de São Luiz. A evicção progressiva da fraca moeda senhorial ou eclesiástica em proveito da moeda real de bom quilate, o freqüente recolhimento das moedas de ouro e prata, destinado a evitar-lhe a deterioração e o desgaste, a cunhagem da moeda sã, cujo valor unitário não varia, favorecem a expansão e a regularidade das trocas. A coisa é tanto mais notável que, tanto na Inglaterra como na França, vive-se sob o regime do monometalismo de prata. E’ verdade que em 1247 houve a cunhagem, rara e não continuada, dos *pennies* de ouro de Henrique III, imitando o escudo de ouro, igualmente raro, de São Luiz, e depois o pequeno real do início do reinado de Filipe IV; a cunhagem, mais abundante, após 1295, da massa de ouro, enfraquecida, aliás, a 21 quilates, também foi seguida de interrupção bastante longa. Praticamente, as únicas espécies que circulam abundantemente são as moedas italianas, que têm por modelo o florim de Florença.

Nesse regime de moeda estável efetua-se uma elevação dos preços lenta mas contínua, fator poderoso de expansão em uma economia de lucro. Os únicos lesados são os rendeiros, isto é, os senhores de bens de raiz cujos lucros fixos perdem o seu poder aquisitivo — e ainda, muito fracamente, a maior parte dos pagamentos de rendas que se fazem em bens naturais. Inversamente, o

(4). — Marjorie Morgan. *The English Lands of the Abbey of Bec*, Oxford, 1946, página III.

produtor vê aumentar de volume sua margem beneficiária, já que os salários e os produtos artesanais estão sempre em atraso em relação à alta dos preços na produção. Na Normândia, de 1180 a 1260, os preços agrícolas e o aluguel da terra aumentaram de 50%; ao passo que na Inglaterra, de 1250 a 1300, a elevação dos salários limita-se a 15% (5). Lucros aumentados, isto é, criação contínua de capital novo que pode ser reempregado, pelo menos parcialmente, em novos negócios. A exploração dos solares do priorado-catedral de Cantuária, entre 1285 e 1318, produz um lucro líquido global de £ 22.446. Uma vez amortizadas as antigas dívidas (20,6%), reguladas as despesas de luxo como o embelezamento da catedral (9,3%) e pagos os pesados encargos da fiscalização real e papal (46,4%), restam ainda, 23,7% dessa quantia para investimentos de capital, compras de terras, trabalhos de secamento e de drenagem, melhoramento das construções de exploração. Disso resulta que o lucro bruto, em outros termos, o volume dos negócios, aumenta de 25% em cerca de trinta anos (6).

Também resulta que, com um estoque de metais preciosos e um número de cunhos monetários estreitamente limitados, ainda não se sente, por volta do ano de 1300, a fome monetária que causará devastações pouco mais tarde. E' que a velocidade de circulação das espécies é mais importante que o seu número global. Não há dúvida de que elas não circulam rapidamente. Apenas a ourivesaria representa uma imobilização temporária, porém do metal precioso, pois ela é freqüentemente empenhada para se liquidarem créditos, por um processo dispendioso, aliás. Basta apenas lembrarmos as várias formas de crédito geradoras de capital: hipoteca de bens de raiz, empréstimos sob penhor ou sob cauções (que sempre comportam um juro disfarçado, mas que têm o defeito de serem feitos a curto prazo), rendas imobiliárias perpétuas ou temporárias, em uma ou mais vidas, empréstimos disfarçados, constituídos, para os produtores ingleses de lã, pela compra antecipada e a dinheiro de sua produção por vários anos. Ao lado das moedas de metal circulam a moeda fiduciária, representada pelas letras de obrigação, as apólices dos tesouros públicos, freqüentemente negociadas com grande descônto; moeda escritural aumentada pelas letras de câmbio e pelas contas correntes das firmas italianas; e, finalmente, moeda-matéria, criada pelas operações de compensação entre os negociantes, nas feiras e nos principais centros comerciais. Assim, com mínimos empregos de capital, podem levar-se avante negócios muito importantes, em geral lucrativos, por vêzes especulativos, justamente na medida em que

(5). — J. R. Strayer, *The Royal Domain in the Bailliage of Rouen* (Princeton, 1936), a introdução. — Sir W. Beveridge, "Wages in the Winchester Manors", em *Economic Historic Review*, tomo VII (1936-1937), páginas 22-43.

(6). — Dom David Knowles, *The Religious Orders in England* (Cambridge, 1948), páginas 322-325.

as reservas são insuficientes para se enfrentar dificuldades imprevistas.

II

A maioria desses fenômenos favoráveis mantêm-se bem além de 1300, pelo menos até cerca do ano de 1330. Convém agora repor em suas justas proporções a crise local da manufatura flamenga de tecidos, cuja produção sofreu queda brusca nos primeiros anos do século e não cessou, em seguida, de decair (7). Suas causas são conhecidas: conflitos sociais nas cidades manufatureiras, guerras de Filipe-o-Belo e de seus filhos. Seus efeitos permaneceram limitados. A procura não diminuía, porquanto o luxo aumentava e a própria Alemanha começava a exigir os produtos da fina manufatura de tecidos, o *deficit* da produção flamenga foi coberto pela produção acrescida de seus rivais mais felizes: Brabante, depois Hainaut, Picardia, Normandia e principalmente Champagne (Reims, Châlons), cujos tecidos já se distinguiam pela sua beleza, no mercado italiano, em 1260 (8). Não há dúvida de que o volume global da produção de tecidos continuou a aumentar: é entre 1320 e 1330 que a exportação de lãs inglesas, que se destinavam às oficinas do continente, atingiu o seu ponto culminante, com a média anual de 35.200 sacas, cerca de 6.000 toneladas métricas.

A decadência das feiras de Champagne — que diminuem a partir de 1296 — também não é o sinal de reviravolta da conjuntura. Se a opressão fiscal dos exatores de Filipe-o-Belo pôde contribuir para o seu abandono, outros fatores influíram: a abertura de novas estradas transalpinas, que permitiam a ligação mais direta de Milão à região renana; inauguração de uma via marítima direta entre o Mediterrâneo e Bruges (serviços anuais que funcionavam a partir de 1298), ligada, sem dúvida, a aperfeiçoamentos técnicos dos navios italianos como à extensão do seguro marítimo; enfim, e principalmente, a nova prática das grandes companhias comerciais da península, principais freguesas das feiras; aos comerciantes ambulantes elas substituem “comissários” estabelecidos permanentemente nos centros comerciais, de onde tratam de seus negócios por correspondência e realizam a transferência dos produtos já importantes da fiscalização pontifical.

Tal inovação, que se completa no primeiro terço do século XIV, multiplica ainda os meios de pagamento, as possibilidades de especulação, o volume dos negócios e dos lucros. Pois é acom-

(7). — Pesquisas recentes, ainda inéditas, contradizem as conclusões mais otimistas de H. Laurent, baseadas nas quantidades de chumbo utilizadas em Ypres na selagem dos tecidos. Devemos essa informação à gentileza do Sr. F. L. Ganshof.

(8). — Veja-se, por último, R. H. Bautier, “Marchands siennois et draps d'outre-mer aux foires de Champagne”, em *Ann. Bull. de la Société de l'Histoire de France*, 1947, páginas 87-107.

panhada do nascimento da letra de câmbio, que combina uma operação de crédito com uma transferência escriturária, sem que haja transporte real de moeda. Ao mesmo tempo, multiplicam-se os bancos de depósitos, cujo protótipo fôra imaginado pelos Templários, e que foram imitados, depois dêles, pelos italianos e por muitos outros comerciantes (9). É verdade que o aperfeiçoamento da técnica bancária, pelo aumento fictício do capital, coloca tôda a economia à mercê duma crise de confiança e de crédito; é êsse o mecanismo de nossos booms (10), que trazem em si mesmos o germe dos subseqüentes slumps (11). Ora, se a euforia econômica, no mundo dos negócios, ainda continua em 1330 — o setor agrário já sofreu os efeitos, alguns dos quais duráveis, de uma crise de subsistência ao mesmo tempo extensa e aguda.

Essa crise frumentária (12), de mecanismo clássico, anuncia-se desde 1314 por colheitas deficitárias seguidas de alta do preço do trigo, principalmente nos primeiros meses de 1315, quando a retenção da colheita se mostra difícil: uma tentativa de congelamento dos preços e do máximo na Inglaterra, teve que ser abandonada. Contínuas chuvas, da primavera ao outono, desabaram sobre tôdas as regiões situadas ao norte dos Alpes e dos Pireneus, prejudicando as sementeiras e, por isso mesmo, prolongando a carestia até depois da campanha de 1316-1317. O trigo, o sal — por falta de evaporação nas salinas — faltaram. O alqueire de trigo, que custava 5 *shillings* na Inglaterra, subiu a 20 em 1315, a 40 em 1316. A carestia causou epidemias, que foram graves principalmente nas regiões super-povoadas, cuja alimentação dependia das importações, como Flandres; em Ypres, em sete meses, contaram-se 2.660 mortos, cêrca de um décimo da população. A alta vertical dos preços dos alimentos forçou, provavelmente, o consumidor a suspender suas compras de outros artigos, causando temporária paralisação das trocas, diminuição da produção acompanhada de desemprego, congelamento dos capitais: é o ritmo normal dessas crises. Gostar-se-ia de saber se a revolta da Flandres marítima de 1323, a primeira das grandes *jacqueries* do século, e a torrente de falências que sofreu o banco florentino, — logo que, em 1321, se manifestaram as dificuldades dos Frescobaldi, — se prendem às reviravoltas da crise frumentária.

Quando tornou a haver abundância de víveres, após a colheita de 1317 ou alguns anos mais tarde, os preços agrários caíram muito abaixo dos níveis atingidos antes da carestia: as médias decenais inglêsas, forçadamente amortecidas (índice 100=1301-1310), oscilam em tôrno de 90 em 1330-1350, após haverem ultrapas-

(9). — Basta consultar-se a recente obra de R. de Roover, *Money, Change and Banking in Mediaeval Bruges, The Mediaeval Academy of America, 1948*.

(10). — Altas súbitas e artificiais dos produtos e valores (*Nota do tradutor*).

(11). — Quedas súbitas dos produtos e valores (*Nota do tradutor*).

(12). — H. S. Lucas, "The Great European Famine of 1315, 1316 and 1317", em *Speculum*, tomo V (1930), páginas 343-377.

sado 130 no ponto culminante da carestia (13). Mas os salários e os produtos industriais indispensáveis à exploração rural continuam sua marcha ascendente. A cisão dos preços — que durará dois séculos (vide fig. 1) — desfavorece o produtor, porquanto as despesas gerais aumentadas correspondem receitas diminuídas. Em tôdas as explorações administradas como emprêsas lucrativas, principalmente nos solares inglêsés, as receitas brutas diminuem bruscamente após 1320 (14). Como a margem de lucros se tornou insuficiente, o proprietário procura reduzir seus riscos, diminuir a superfície cultivada por direta produção de lucros, arrenda parcelas por vêzes importantes, renuncia parcialmente às *corvéés* (15) cujo rendimento era medíocre, e, com o produto do resgate, contrata mão-de-obra eficiente. Reforma ainda tímida, e que não é incompatível com retrogressões. Como, porém, tôdas as fôrças econômicas e sociais continuarão a atuar no mesmo sentido, resultará, com o tempo, o desaparecimento da reserva senhorial e da vilanagem servil.

III

Foi na década de 1335 a 1345 que os reinos do Ocidente passaram, sem que disso tivessem a menor consciência, de uma

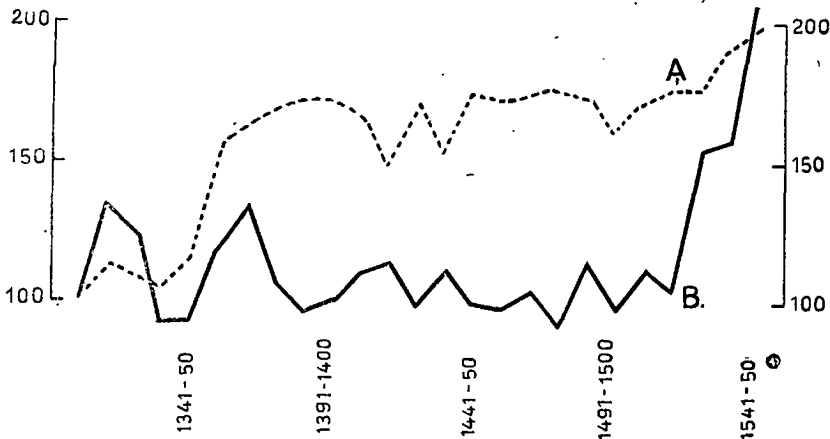


Fig. 1 — ÍNDICES DECENAIS DOS PREÇOS NA INGLATERRA, NOS SÉCULOS XIV E XV. (Índice 100=1301-1310).

Segundo THOROLD ROGERS, *A History of Agriculture and Prices* (1866).

A. Índice das despesas agrícolas: salários (ceifeiros, segadores, carpinteiros, pedreiros, cobridores de choupanas) e produtos fabricados (ferro, ripas, telhas, tecidos).
 B. Índice dos produtos agrícolas (trigo, centeio, aveia, cevada, ervilhas, malte, bois, carneiros).

(13). — O autor agradece ao Sr. R. H. Hilton a comunicação do número dos índices por êle calculados, bem como a permissão de desenhar o gráfico incluso.

(14). — Tais são, crê o autor, os resultados a que chegará uma obra que está sendo preparada pelo Sr. M. Postan sobre os lucros dos solares na Inglaterra; êsses resultados lhe foram comunicados oralmente por êste último.

(15). — Trabalhos gratuitos feitos pelo camponês ao seu senhor (*Nota do tradutor*).

economia de paz a uma economia de guerra que os acontecimentos deviam tornar permanente. Iam, pois, conhecer os duros estrangimentos de um fisco esgotador, a redução da produção agrária e artesanal, a diminuição das trocas inter-regionais, a crise do crédito e a insegurança monetária.

O fato principal é aqui justamente o fisco. A guerra do século XIV não produz muitas mortes; a exigüidade dos efetivos não realiza nenhuma punção notável no mercado da mão-de-obra; as hostilidades, que nunca prosseguem além de alguns anos, não interrompem por muito tempo as trocas internacionais, apenas refreadas por uma pirataria endêmica. Na primeira trégua, os estoques acumulados de um lado e de outro se liquidam facilmente. Mas as despesas públicas crescem de maneira inteiramente desproporcionada com os resultados obtidos. O recrutamento de um modesto exército, o pagamento do sôido, a manutenção dos castelos, o abastecimento de uma cavalgada de alguns meses consomem somas enormes, de duas a quatro vêzes superiores aos recursos normais das grandes monarquias (fig. 2). Acrescentem-se a isso as consideráveis despesas de situação e de percepção, as condições onerosas dos empréstimos feitos por conta das receitas futuras: uma parte mínima das somas recebidas dos contribuintes vem finalmente sustentar o esforço de guerra.

Ora, o fisco se junta aos encargos que há muito tempo pesavam sobre os particulares: pagamentos de renda de bens de raiz e senhoriais, no mundo rural; concessões, impostos de consumo, taxas sobre a produção dos artifices; impostos de exposição de mercadorias, taxas de portagem, impostos de mercado. Por outro lado, os orçamentos particulares eram estabelecidos segundo um cálculo em que não era levada em conta, nas despesas gerais, a incidência de uma fiscalização regular. Desde que a cobrança, excepcional em teoria, se renova em prazos aproximados, desorganiza o orçamento do produtor, limitando extremamente sua margem de lucros. As crescentes dificuldades experimentadas pelos estabelecimentos religiosos, desde a segunda metade do século XIII, explicam-se, em grande parte, pela freqüência e pela precocidade dos dízimos eclesiásticos. Em uma grande exploração monástica, vimo-lo, tais encargos devoravam mais de 40% dos lucros líquidos. Não se tratava, para o contribuinte, de examinar de novo os outros itens de seu orçamento, e a resistência ao impôsto apenas parcialmente podia ser eficiente. O problema da sobrevivência econômica, nessas condições, propunha-se de maneira particularmente aguda às classes laboriosas: camponeses e artifices, muito pobres de numerário, quando muitos serviços eram pagos em objetos naturais, tinham dificuldade em encontrar algumas moedinhas capazes de satisfazer aos coletores. A capitação inglesa fixava em três oitavas ou um *shilling* a contribuição uniforme de todos os súditos; isto representava, para o trabalhador

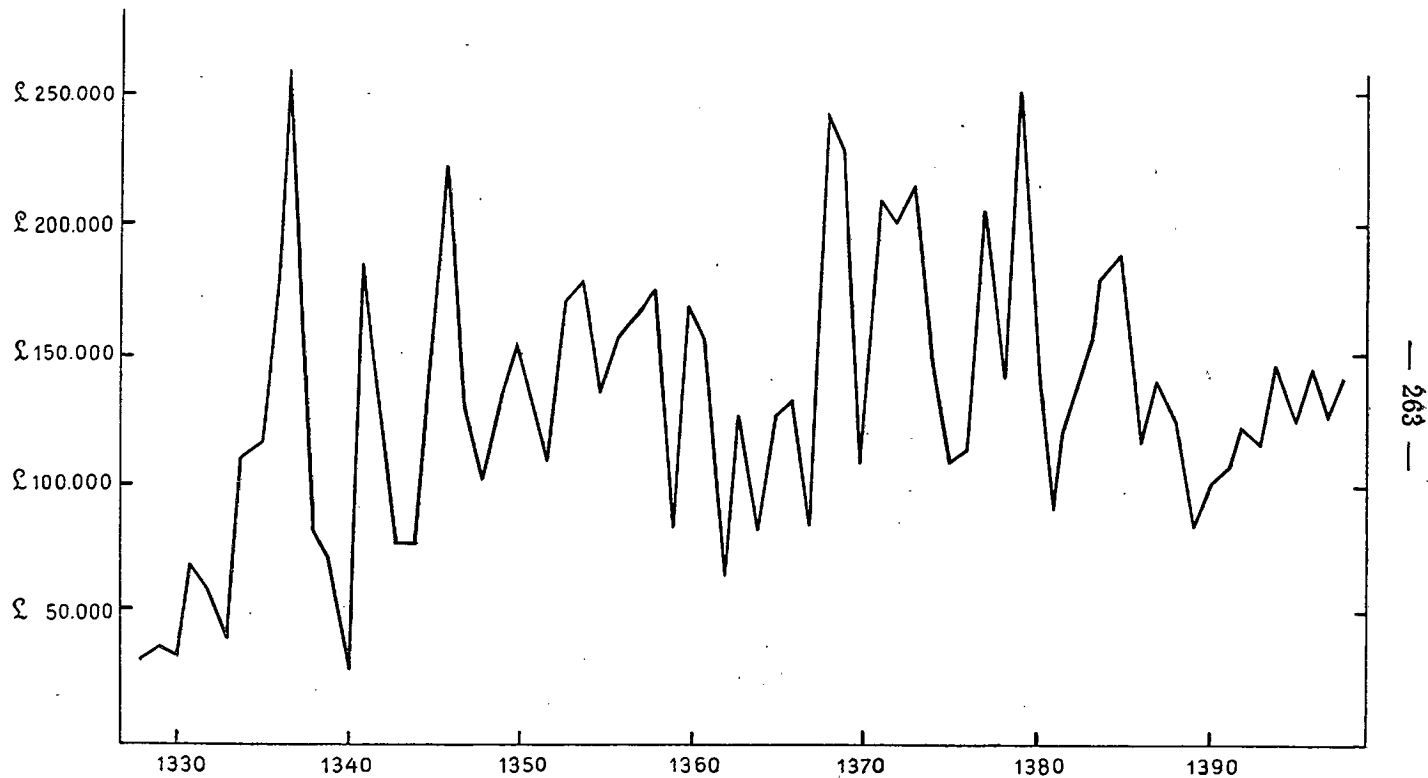


Fig. 2. — MOVIMENTO DE FUNDOS DO TESOIRO INGLÊS (1328-1399). Segundo Sir J. RAMSAY, *The revenues of the Kings of England* (1924), t. II.

agrícola, alimentado e alojado, quase um mês de seu salário, que era, por ano, de 13 *shillings* e 6 *pence*, e para o das cidades, pago a 3 *pence* por dia útil (levando-se em conta o grande número de feriados), uma semana de salário.

As dificuldades de mobilização de numerário levam os governos a receber simultaneamente impostos indiretos ou em objetos naturais, pagos pelos negociantes, mas que, em última análise, pesavam sobre todos os consumidores: taxas *ad valorem* sobre as transações (“imposições” de 4 a 18 d. por libra, isto é, de 1/60 a 1/8, sobre as mercadorias, taxas mais pesadas sobre as bebidas vendidas por atacado e varejo, *poundage* e *tonnage* ingleses); taxas específicas sobre certos gêneros: impôsto sobre o sal, na França (*gabelle*), sobre a lã, na Inglaterra (*maltôte*), que, juntando-se ao antigo impôsto e a outros tributos, chega a fazer com que pese sobre a saca, do valor médio de 6 libras na produção, um encargo de 2 a 3 libras de impostos. Essas taxas, pagam-nas os negociantes facilmente, e podem, mesmo, consentir em adiantamentos sobre os seus produtos. Como, porém, não podem passar o encargo inteiramente para o comprador estrangeiro, descarregam-no sobre o produtor. Basta o boato de uma nova taxa para que os preços caíam na produção.

O recebimento desses impostos específicos, a luta contra a fraude conduzem à organização do comércio controlado: criação de armazéns para a venda do sal, na França, fixação de um ou vários lugares de etapa para a lã inglesa, quer no continente, como pedem os exportadores ingleses, quer na Inglaterra, como preferem os negociantes estrangeiros, os intermediários e os produtores ingleses. Com o tempo, porém, impondo preços de venda demasiado elevados, essa fiscalização refreia o consumo. Desde o reinado de Carlos V, será preciso instituir-se o “sal do dever” para o consumo interno da França (16). A manufatura neerlandesa e a italiana desviam-se da lã inglesa demasiado onerosa; as exportações caem de 27.000 sacas, nos últimos anos do reinado de Eduardo III, a 20.000 sacas, no de Ricardo II, a 15.000 sob os primeiros Lancasters. Isto bem significa diminuição de produção, pois o lento crescimento da manufatura de tecidos inglesa, por trás da muralha da tarifa protetora, absorve apenas uma parte do *deficit* da exportação de lã.

Assim, de um modo ou de outro, a fiscalização encontra obstáculos na falta de numerário; por outro lado, ela a agrava, pois desvia do circuito normal das trocas uma parte do estoque de metal precioso. Os Tesouros insaciáveis efetuaram, pois, sobre a

(16). — Falta-nos uma monografia sobre o comércio do sal, análoga ao brilhante ensaio de Eileen Power, *The Wool Trade in English Medieval History* (Oxford, 1940).

matéria fiscal, cobranças em objetos naturais, para abastecer por bom preço os exércitos e as casas reais, mas também para revender com lucro os gêneros requisitados. Contra êsse direito de requisição (*prise*, na França, *purveyance*, na Inglaterra) protestam em vão assembléias de Estados e Parlamento, — porque a requisição em massa constitui o pêso arbitrário sôbre os preços, a ruína do produtor, que deve entregar sua colheita em troca de ordens de pagamento de pequena importância, e, aliás, raramente pagas, a tortura do comprador, a quem o quase monopólio do Estado impõe elevados preços. As grandiosas especulações sôbre a lã, tentadas por Eduardo III de 1337 a 1348, apresentam o caso extremo dêsse fato. Não bastava ao rei efetuar importantes requisições ou fazer com que lhe fôsse concedida, sob a forma de impôsto em objetos naturais, a metade da produção nacional. A fim de liquidar êsses estoques no mercado neerlandês, a livre exportação era proibida — de modo que o produtor, tendo entregue a baixo preço aos coletores parte de sua mercadoria, via-se na impossibilidade de vender o que lhe restava. Era preciso, enfim, que sindicatos de negociantes, inglêses ou italianos, concordassem em fazer escoar os estoques reais. Se o comprador estrangeiro se mostrasse descontente com uma mercadoria demasiado cara, era a catástrofe. Quase tôdas essas operações, realizadas por firmas cujas reservas não eram suficientes para resistir a amplas flutuações do mercado, saldaram-se com prejuízos (17). Só a fiscalização direta podia produzir liquidez imediatas. O contribuinte, porém, era mais rico de produtos não empregados do que de numerário. E' verdade que a mobilização dos estoques desorganizava o mercado e se fazia freqüentemente com prejuízo... Não havia, pois, dificuldade.

Último recurso: o empréstimo. Era uma operação onerosa para os Tesouros, especulativa para os mutuantes, inevitável num regime orçamentário em que as despesas precediam sempre as receitas. Era sobrecarregado de pesados encargos: empêno de jóias, fornecimento de cauções, juros disfarçados sob forma de indenização diária se houvesse atraso de reembolso, ou de estipulação de dívida superior, por vêzes de 50%, à soma efetivamente emprestada, adjudicação ao mutuante de certos lucros dominiais, de direitos alfandegários e da moedagem. E' sempre contraído a curto prazo, onerando o tescuro com uma dívida flutuante cuja importância exata se ignora e que é constantemente exigível em sua quase totalidade. Não obstante as precauções tomadas, os negociantes que consentem nos empréstimos correm grandes peri-

(17). — A questão está inteiramente renovada pela tese de E. B. Fryde, *Edward III's War Finances, 1337-1340. Transactions in Wool and Credit Operations*, cujo manuscrito foi por seu autor obsequiosamente comunicado ao autor dêste artigo.

gos, por ser crônica a insolvabilidade dos tesouros públicos. Enfim, justamente no momento em que a diminuição do volume das trocas pediria, sob pena de suspender a circulação das moedas, a extensão do crédito privado para desenterrar os negócios vacilantes, o grande volume dos empréstimos públicos ultrapassa frequentemente as possibilidades bancárias. Entretanto, ninguém pode esquivar-se inteiramente: o empréstimo é a contraparte da proteção dos poderes públicos; além disso, consentir em novo empréstimo constitui a única esperança de se verem reembolsados os antigos. Tudo isto, porém, provoca rapidamente a crise de crédito, tanto mais que as firmas italianas, sendo negócios internacionais, devem emprestar simultaneamente a todos os soberanos e, por vêzes, financiar a ambos os adversários. A falência dos Bardi e dos Peruzzi, em 1345, a dos Acciaiuoli de Florença, em 1347, são apenas casos notáveis de um fenômeno geral. Sindicatos de comerciantes ingleses, mutuantes individuais sofreram perdas de dinheiro tão desastrosas. A crise do crédito produz o entesouramento, dinheiro caro, venda dos estoques por preços baixos.

IV

Necessidade de se pôr têrmo à fuga de numerário e ao entesouramento, desejo de se aliviar o pêso da dívida pública pela bancarrota parcial e disfarçada, representada pela desvalorização; finalmente, necessidade de se conseguir para os tesouros públicos recursos imediatamente aumentados pela exploração completa do direito de senhoriaagem (ou lucro da cunhagem), são essas as três causas que conduzem às mudanças monetárias. Em que proporções atuaram? Sem dúvida alguma, a terceira foi a predominante; ela não se teria, porém, impôsto de modo permanente se tôda a conjuntura não tivesse atuado no mesmo sentido.

Entre 1337 e 1360, entregam-se os soberanos a duas séries de operações aparentemente contraditórias, na realidade complementares: a cunhagem de abundante moeda de ouro — e repetidas desvalorizações das moedas, tanto de ouro como de prata.

A introdução de moedagem real ou principesca, justamente no momento em que a contração econômica fazia sentir-se duramente é fato que pode causar-nos surpresa. Todavia, de pleno acôrdo com a doutrina *bullioniste* então dominante, ela é seguida de medidas que revelam o seu sentido: é proibida a exportação de moedas de ouro ou prata e de jóias, a fim de se evitar a fuga de numerário; é proibida a circulação das moedas de ouro ou prata estrangeiras, cuja importação é, entretanto, estimulada, mas que assim se destina obrigatoriamente às oficinas reais; por vêzes, mesmo, como aconteceu na França em 1337, obriga-se aos possuidores de baixelas de ouro ou prata a levar a metade, ou, mesmo, tôda, à Casa da Moeda. Os estoques fornecidos pela ouri-

vesaria serão, assim, repostos em circulação sob forma de numérico, com grande lucro da moedagem soberana.

As medidas coercitivas são menos eficientes que o atrativo do ganho. Se se quer fazer com que os detentores de metais preciosos os levem à fundição, é preciso oferecer-lhes alto preço, tanto mais elevado quanto o entesouramento atua em sentido inverso. Para isto há dois caminhos: ou bem diminuir-se a senhoriagem por peça, com o inconveniente da diminuição do lucro do Tesouro, ou bem cunhar-se, com o ouro comprado por alto preço, maior número de moedas, de menor quilate, mas do mesmo valor liberatório individual. A fim de ser eficiente, deve a operação repetir-se com freqüência; uma desvalorização, portanto, provoca outra. Mesmo o *noble* da Inglaterra, uma das moedas mais estáveis do Ocidente, vê-se ligeiramente enfraquecido em 1362.

Simultânea ou separadamente, efetua-se a mesma operação segundo as oscilações da relação ouro-prata, sobre as moedas brancas, cujo valor unitário é reavaliado, sendo diminuídos o volume e o pês, ou aumentando-se o pês da liga com metal barato. A amplitude dessas mudanças não é a mesma de um lado e de outro do Canal da Mancha. Eduardo III da Inglaterra, em 1344, cria o *gros* de 4 denários e o *meio-gros* de 2 denários, que, entretanto, têm valor intrínseco proporcionalmente menor que o do *penny* de prata, que era, na época, a denominação de maior valor da moedagem inglesa; uma nova desvalorização, levada a efeito em 1351, não proporciona às mudanças uma amplitude total de mais de 20% do valor intrínseco das moedas de ouro e prata. Ao contrário, as moedas francesas chegam a níveis muito mais baixos, e arrastam em sua queda a maior parte das moedas dos Países-Baixos: o *gros* de Flandres, que ainda continha 4,5 gramas de prata antes de 1337, estabiliza-se em cerca de 1 grama após 1380, tendo sofrido desvalorização total de 80%.

Sem dúvida, o lucro da operação é, em grande parte, ilusório. Mas os produtos da moedagem permanecem elevados, e isso constitui o primeiro resultado. As contas, felizmente conservadas em relação à Flandres, revelam, pela prodigiosa abundância das moedas cunhadas — de 300 a 4.000 *moutons* (moeda antiga) “por dia” durante cerca de cinco anos — que as moedas não circulavam durante muito tempo e que voltavam freqüentemente à fundição (18). Todavia, a moedagem não era mais que um capítulo do orçamento do Estado. Em que proporção o aumento do volume de seus recursos diminuiu os dos outros capítulos? A desvalorização favorece os devedores em detrimento dos credores, diminui os rendimentos fixos sem prejudicar necessariamente os lu-

(18). — Veja-se H. Van Werveke, “Currency Manipulations in the Middle Ages; the case of Louis de Male, Count of Flanders”, artigo que deve aparecer nas *Transactions of the Royal Historical Society*, 4a. Série, tomo XXXI (1949); do mesmo autor, “De ekonomische en sociale gevolgen van de muntpolitiek der graven van Vlaanderen, 1337-1433”, nos *Annales de la Société d'émulation de Bruges*, tomo LXXXIV (1931), páginas 1-15.

cross. O Estado, na medida em que é principalmente devedor, alivia automaticamente sua dívida, contraída em moeda forte, pagável em moeda fraca. Inversamente, reduz seus rendimentos fixos, principalmente os do patrimônio, que ocupam lugar cada vez menor no orçamento das receitas.

Como o fisco depende do rendimento nacional e do volume das trocas, dois perigos ameaçavam-no: primeiro, a desorganização das trocas internacionais, em consequência da brusca variação dos câmbios. Preços proibitivos dos produtos de um país de moeda forte no mercado exterior; inversamente, *dumping* das mercadorias produzidas em países de moeda fraca. A instabilidade monetária estorvou, certamente, os regulamentos de contas e refreou as transações. Entretanto, a amplitude desses desequilíbrios diminuiu em parte pela própria simultaneidade das desvalorizações na maioria dos países do Ocidente.

O outro perigo era a rápida alta dos preços sob o impulso dos enfraquecimentos monetários. As queixas dos contemporâneos, que clamam contra a vida cara e criticam os moedeiros, lá estão para provar-nos que o mal era real. Esses testemunhos são, porém, sensíveis principalmente nas variações breves. O movimento geral dos preços em períodos bastante longos não justifica tal pessimismo. O marasmo dos negócios, o entesouramento, haviam provocado a alta do valor do ouro e da prata, por conseguinte a baixa dos preços. Gráficos recentemente publicados (19) fazem ressaltar uma avaliação do ouro em todos os mercados italianos, considerável principalmente em 1340-1360 e 1380-1400, com patamares — mais que com quedas — entre esses períodos de máximos. A alta do metal precioso compensou, pois, em larga medida, a alta dos preços que a desvalorização teria infalivelmente produzido, se ela se tivesse desenrolado em regime de dinheiro fácil. Nada mais significativo, a esse respeito, que o persistente marasmo dos preços agrícolas — salvo curtos acessos de febre por ocasião das carestias ou das mortandades, — que permanecem estacionários em moeda unitária; quer isto dizer que o seu valor intrínseco diminui. Se o contrário tivesse acontecido, não se teria visto, mesmo na França, as tarifas de avaliação dos pagamentos de renda em objetos naturais, para a repartição dos impostos de bens de raiz, permanecerem as mesmas durante o século todo.

O que é certo é que a instabilidade monetária tornou mais difíceis as trocas. Esperava-se, mais ou menos conscientemente, a queda dos elementos desfavoráveis da conjuntura, a suspensão da valcrização dos metais preciosos, do entesouramento, da falta de numerário. Com a experiência, os inconvenientes das repetidas mudanças revelaram-se maiores que suas vantagens.

(19). — C. Cipolla, *Studi di storia della moneta*, I, *I movimenti dei cambi in Italia dal secolo XIII al XV* (Pavia, 1948, fascículo 101 das "Publicazioni della Università di Pavia, Studi nelle scienze giuridiche e sociali").

V

A dupla crise financeira e monetária acentuou, pois, após 1345, o mal-estar pouco mais antigo da economia, reduziu de modo alarmante a margem de subsistência de uma população demasiado numerosa e sub-alimentada. O registro paroquial do grande burgo rural de Givry, na Borgonha Meridional, revela, para o período de 1334-1340, a média de 17,5 mortes anuais; para os sete anos seguintes, 32,7: impulso de mortalidade que não corresponde, certamente, ao aumento da população total, mas ao estado de menor resistência física de uma coletividade de camponeses cujo poder aquisitivo diminuía progressivamente. Que maravilhoso terrêno para a rápida extensão das epidemias que bem conhecia a Idade Média cada vez que faltavam os víveres, mas que jamais, até então, se haviam manifestado com todo o seu rigor!

Não é necessário descrever minuciosamente o progresso dessa pandemia (20). De seus caracteres singulares — desenvolvimento fulminante, excepcional gravidade das destruições, mas também desigualdade muito grande, mesmo entre lugares vizinhos, — tem-se a impressão de que a mortalidade, tanto na França como na Inglaterra, não foi inferior à terça parte da população. Ora, se houve, como depois de tôdas as catástrofes humanas, aumento de casamentos e, por conseguinte, aumento de natalidade, o periódico reaparecimento da “pestilência”, nas décadas seguintes, aniquilou, certamente, os efeitos reparadores do excedente de nascimentos. A Europa Ocidental ia, pois, conhecer longo período de sub-população, ao passo que sua economia se mantinha duravelmente contraída.

Houve quem se preocupasse em reconstituir pelo pensamento os catastróficos efeitos dessa imensa desgraça. Quase tudo o que se repete a respeito é comprovado pelos fatos. Não houve terror pânico ou generalizado. As manifestações dos *Flagellants*, que vêm imediatamente ao espírito, limitam-se a certas cidades dos Países-Baixos e da região renana. Os grandes dêste mundo, ao invés de se esconderem nas solidões salubres, continuam sua existência faustosa e nômade, como se nada tivesse acontecido. E' bem verdade que houve deslocamento temporário do alto comércio: o sindicato dos comerciantes ingleses, que arrendara o felicência na primavera de 1349, diante das pequenas cobranças fiscais; os carregamentos de vinho, no pôrto de Bordéus, que oscilavam, segundo a quantidade da colheita, entre 47 e 94.000 tonéis, caíram, nesse mesmo ano, a 13.400 tonéis. Mas os estoques imobilizados escoaram-se sem dificuldade pouco mais tarde: em 1350-

(20). — O resumo de Y. Renouard “Conséquences et intérêt démographique de la Peste Noire de 1348”, em *Populations*, tomo III (1948), páginas 459-466, exige algumas reservas.

1351, a exportação de lãs inglesas subia a 35.600 sacas, ao passo que as importações de vinho triplicavam em relação ao ano anterior (21).

Semelhante desordem no mundo rural, cujo início pode ter sido retardado, conforme a estação do calendário agrícola em que a peste fizera suas devastações. Grande número de explorações feudais inglesas apresenta, quanto à campanha de 1349-1350, uma queda profunda em suas receitas brutas, e depois um vácuo de quatro ou cinco anos, seguido de lenta elevação do volume dos negócios. Não se pense, porém, que essa curva é geral. Tantos eram os elementos que entravam no total das receitas (rendimentos da justiça, impostos de transmissão, transferência, pelo contador, de parte de sua receita para o ano seguinte), que os casos anormais parecem ser mais numerosos. Não se deve concluir que as devastações da peste não puseram em perigo a opulência já vacilante do grande proprietário de bens de raiz (22). Se houve quem pôde precaver-se contra certas eventualidades, não foi sem duradouros sacrifícios.

Era preciso ajustar a produção tanto à procura diminuída quanto à mão-de-obra rarefeita. Os dois fenômenos não se compensavam, como se poderia crer. Admitamo-lo para o camponês que trabalha para a subsistência da família — embora o pagamento das rendas e dos impostos se lhe tenha tornado mais difícil. Mas o grande explorador, que vendia suas colheitas? E o proprietário de bens de raiz, cujas rendas caíam muito, por causa do desaparecimento de uma parte de seus rebanhos (23)? E o mestre-artífice, que vivia dos produtos fabricados por seus aprendizes? Cada qual tinha necessidade de uma produção mantida em nível sem dúvida superior ao que podia ser absorvido pelo consumo. De nada serve afirmar que o produtor inglês, com o fim de utilizar os terrenos baldios, estendeu a criação do carneiro, de mão-de-obra menos dispendiosa, se a lã suplementar não podia encontrar mercado industrial. Ora, longe de estender-se, a produção de lã inglesa não cessou de diminuir, mais, talvez, que a cultura dos cereais — e a transformação da paisagem rural, imaginada por economistas amadores, nada mais é que criação do espírito.

Fato mais grave, a manutenção da produção, mesmo no nível mais baixo exigido, daí por diante, pelas condições do mercado, revelou-se impossível em vista da crise de mão-de-obra. O autor não quer como prova mais que a alta dos preços dos alimentos, que só começaram a baixar depois de 1370. Cada um procurou remédio de acordo com os seus recursos. A reconstrução

(21). — Alice Beardwood, *Alien Merchants in England, 1350 to 1377* (The Mediaeval Academy of America, 1931), os apêndices; R. Boutrouche, *La crise d'une société. Seigneurs et paysans du Bordelais pendant la guerre de Cent Ans* (Paris, 1947), página 201.

(22). — Conforme a opinião de A. Elizabeth Levett, *The Black Death in the Estates of the Bishop of Winchester* (Oxford, 1916).

(23). — Em certas senhorias do Forez, 20% das parcelas estavam ainda sem rebanho trinta anos mais tarde.

parcial da senhoria rural, estudada por Boutruche no Bordelais, manifesta-se também no Forez (24): procura de novos rendeiros para o novo cultivo das terras abandonadas; oferta de contratos vantajosos, pelo considerável barateamento dos pagamentos de rendas primitivas, pelo alívio temporário, durante anos de rotação, dos impostos de bens de raiz; abandono progressivo da posse, à parte, dos frutos, a qual, produzindo lucros somente nos anos em que a terra era cultivada, não convidava a freqüentes lavouras, e substituição desse tipo de pagamentos de renda por um censo anual e fixo, mas módico. O resultado foi que se forneceu ao senhor um pequeno suplemento de rendimentos; ao camponês, condições de dependência mais suaves para terras menos exíguas.

A exploração dominial inglesa tinha que resolver a crise da mão-de-obra. Nos solares muito grandes do Sul, em que a população de rendeiros sujeitos à *corvée* era superabundante, rão se exigia, habitualmente, senão pequena parte de *corvées* para a cultura de reserva, sendo vendidas as demais. Basta a utilização dessa mão-de-obra potencial para se desfazer o *deficit* provocado pela peste. O senhor nada perdia com isso, pois a alta temporária de seus produtos compensava a perda das *corvées*. Nos solares em que os que estavam sujeitos à *corvée* eram pouco numerosos, foi necessário, mais do que nunca, contar com os assalariados. Tão rara e tão procurada era a mão-de-obra que a fôlha de pagamento dos salários se duplicou em poucos meses. Encargo difícil de suportar para as explorações médias e pequenas.

Foram, pois, as classes médias, cavaleiros dos condados, mestres-artífices das cidades, que se voltaram para o Estado a fim de pedir-lhe proteção contra a alta dos salários. A legislação inglesa de 1349-1351, constantemente agravada a pedido dos próprios produtores até 1388, tinha por fim instituir o trabalho obrigatório para os ociosos e os indigentes válidos, fazer voltar, arbitrariamente, os salários aos níveis médios de antes da Peste, tendo, como compensação, um congelamento muito mais tímido dos preços dos gêneros alimentícios, pois o que se procurava eram lucros ilícitos, sem se impedir a alta generalizada nos mercados. Ao mesmo tempo, imobilizava-se a mão-de-obra, proibindo-se ao trabalhador romper o seu contrato de trabalho, forçando-se o empregador a recrutar seus operários no próprio lugar, proibindo-se ao camponês aprender um ofício manual, migrar na cidade ou mesmo deixar o seu distrito sem um passaporte interior. Não se compreende bem o significado dessas últimas estipulações. Vão era o receio da fuga generalizada dos camponeses e da mobilidade da mão-de-obra.

O decreto de João-o-Bom (fevereiro de 1351), visivelmente inspirado no exemplo inglês, tentava, também, fixar os salários e

(24). — E. Perroy, "La crise économique du XIV^e siècle d'après les terriers forézains", em *Bulletin de la Diana*, tomo XXIX (1945), páginas 67 a 80.

preços no antigo nível. Procurava, ainda, remediar o enfraquecimento particular de que se queixava a economia parisiense. Donde essas medidas acêrca das quais tanto se escreveu, porque elas flexibilizavam temporariamente a regulamentação urbana: alívio dos encargos que pesavam sôbre os estrangeiros, permissão aos mestres-artífices de recrutar tantos aprendizes quantos pudessem, prolongamento do dia de trabalho. Não são conhecidas as medidas de aplicação. Na Inglaterra, porém, onde a repressão se apoiou em pesado aparelho judiciário, a ineficácia da legislação foi completa. Nas cidades, a solidariedade corporativa permitiu, talvez, enterrar a alta dos salários. Os próprios produtores camponeses, mais individualistas, violaram as leis por êles ditadas. Do que resultou, na curva dos preços, o agravamento da cisão que assinalamos desde 1330. Tendo os preços agrícolas voltado a seu nível de base, permaneceram altos os salários. Thorold Rogers teve razão ao dizer que o século XIV foi "a idade de ouro do trabalhador inglês" (25), cujo poder aquisitivo, traduzido em grãos e cerveja, melhorara sensivelmente. Enganava-se, entretanto, ao afirmar que, por conseguinte, a agricultura era próspera.

A desagregação da exploração feudal, que se acelera após 1350, é prova de contínuo enfraquecimento. Ainda aqui, o desenvolvimento, dispendioso para o senhor, aproveita a seus rendeiros, ou a alguns dêles. Retomemos o exemplo de Weedon Beck: de 1300 a 1365, o número de rendeiros passou de 110 para 73, isto é, sofreu baixa de 33%; a proporção dos proletários não é superior a 50%. No ápice da escala social, porém, aparecem três grandes rendeiros, verdadeira aristocracia camponesa, que acumulou em suas mãos quase a totalidade das terras vacantes. O mundo rural, libertado por muito tempo do espectro da superpopulação e da carestia, bem longe está de ver piorar sua situação. Acentuação do contraste entre ricos e pobres, repetiu-se (26), sem dúvida para se ligarem aos efeitos da epidemia as agitações sociais da segunda metade do século. Os estudos mais recentes dão uma resposta inteiramente diferente, com-a qual terminaremos o nosso trabalho: mediocridade na estagnação (27).

ÉDOUARD PERROY

da Universidade de Lille.

(25). — As conclusões do Sr. M. Postan, "The Fifteenth Century", em *Economic Historic Review*, tomo IX (1939), páginas 160-167, valem para a segunda metade do século XIV.

(26). — Y. Renouard, *op. cit.*

(27). — Sobre o mundo rural: Marjorie Morgan, *The English Lands of the Abbey of Bec*, Oxford, 1946; — R. H. Hilton, *The Economic Development of some Leicestershire Estates in the XIVth and XVth centuries*, Oxford, 1947. Sobre as cidades, Sylvia L. Thrupp, *The Merchant Class of Mediaeval London, 1300-1500*, Chicago, 1948.